Autoridades constituídas: legitimidade e função

Saudação e leitura do texto: ...

Saudar as pessoas e explicar o sermão: ...

Boa noite. Saúdo a todos com graça e paz de nosso Senhor Jesus Cristo. Vamos abrir nossas Bíblias em Romanos 13.1-4. Este é um trecho muito precioso da Palavra de Deus. Romanos 13.1-4. Leiamos juntos.

Ler o texto: ...

1 Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não
proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. 2 De modo que
aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre
si mesmos condenação. 3 Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e
sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, 4
visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme;
porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para
castigar o que pratica o mal. *Romanos* 13.1-4.

Pregado na IPB Rio Preto, no dia 03/07/2016, às 19h30.

Introdução

1 O que Paulo diz se aplica — guardadas as devidas proporções — às autoridades de modo geral, mas temos de entender que aqui ele se refere especificamente à **autoridade do Estado**.

1.1 É razoável concordar com um estudioso que entende que "nesta seção [...] **Paulo preocupa-se principalmente com as relações entre as congregações romanas, a comunidade circundante e as autoridades civis**".[1]

1.2 Um servo de Deus, Thomas R. Schreiner, declara que **Romanos 13.1-7 "ocupa o centro do debate" de Paulo sobre "o papel do governo"**.[2]

1.3 Paulo era um "**cidadão romano**" desde seu nascimento, como lemos em **Atos 22.28**:

Respondeu-lhe o comandante: A mim me custou grande soma de dinheiro este título de cidadão. Disse Paulo: Pois **eu o tenho por direito de nascimento**.

1.3.1 Em Atos 23.23-24, lemos que, **em determinada ocasião, as autoridades romanas tomaram providências para a segurança de Paulo, que estava sob ameaça dos judeus**:

23 Chamando dois centuriões, ordenou: Tende de prontidão, desde a hora terceira da noite, **duzentos soldados**, **setenta de cavalaria e duzentos lanceiros para irem até Cesareia**; 24 preparai também animais para **fazer Paulo montar e ir com segurança ao governador Félix**.

1.3.2 Sendo assim, **parece que a relação de Paulo com as autoridades romanas era respeitosa e razoavelmente boa;[3] pelo menos até a época em que ele escreveu esta carta aos Romanos**.

---

[1] DUNN, James D. G. *A Teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 757. (Biblioteca de Estudos Bíblicos).
[2] SCHREINER, Thomas R. *Teologia de Paulo: O Apóstolo da Glória de Deus em Cristo*. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 413.

1.4 Apesar disso, Paulo escreve Romanos 13.1-7 como **pastor preocupado com as condições dos irmãos em Roma**, pelas seguintes razões:

> As pequenas igrejas domésticas [...] **corriam risco**, vulneráveis que eram às **suspeitas do governo central em relação a clubes e sociedades**, e em especial a **novos decretos imperiais contra os judeus**. A própria **mudança de identidade**, que está implícita na transição dos caps. 9-11 para o cap. 12, **já estava por si mesma tornando ainda mais perigosa a posição das igrejas**.[4]

1.4.1 Dito de outro modo, Paulo deixa claro, em **Romanos 9—11** que **Deus está estabelecendo a igreja como uma nova família e novo povo, constituída de crentes em Jesus, tanto judeus quanto gentios**. E **Roma autorizava** (e isso com muitas restrições) **o exercício da religião judaica**; mas agora **surgia um novo grupo de crentes em Jesus**.

1.4.2 Como lemos na história, a **reação romana aos seguidores de Jesus** foi **inicialmente**, na melhor das hipóteses **amistosa** e na pior das hipóteses **indiferente** (como no caso da proteção oferecida a Paulo, mencionada há pouco). **Depois tornou-se pouco amigável até transformar-se em perseguição, a partir do final do 1º século**.

1.4.3 Isso quer dizer que, **mesmo naquele tempo de aparente tranquilidade**, já é possível perceber uma "**atmosfera de ameaça e de intimidação** dentro da qual esses crentes tinham de viver seu discipulado".[5]

1.4.4 O cuidado pastoral de Paulo é sublinhado nos **v. 6-7**, quando ele menciona a **necessidade dos crentes pagaram "tributos"**. Isso é digno de atenção porque, como diz um pesquisador:

> Os **abusos de taxação indireta** causavam **crescente inquietação na capital** naquele tempo. [...] O não pagamento de imposto mesmo inflacionado por parte de certo número de cristãos poderia bem chamar a atenção das autoridades para as pequenas congregações e pô-las em grave risco. **As autoridades romanas tinham um bem desenvolvido sistema de espiões e informantes**. Assim, com certeza podemos considerar a possibilidade de que pelo menos algumas coisas das exortações de Paulo tinham em mente que "as paredes têm ouvidos".[6]

---

[3] Cf. JANSE, A. *¿Qué Es Política Cristiana Frente a La Del Mundo?* 2. ed. Barcelno, Fundacion Editorial de Literatura Reformada (FELIRE), 1990, p. 16.
[4] DUNN, op. cit., p. 757.
[5] Ibid., p. 758.
[6] Ibid., loc. cit.

Schreiner nos informa de que:

> Suetônio (*Nero*, 6.10.1) relata que **os impostos eram excessivamente altos**, e Tácito (*Ann.* 13.50-51) registra **queixas contra as práticas de extorsão dos coletores de impostos em 57 d.C. ou 58 d.C**. [**LEMBREMO-NOS DE QUE A CARTA AOS ROMANOS FOI ESCRITA ENTRE 55 E 57**] Nero chegou a considerar a possibilidade de abolir os impostos indiretos, mas foi dissuadido de fazê-lo pelos senadores.[7]

1.5 A menção à **aplicação da pena de morte**, no v. 4, bem como da **obrigatoriedade de pagamento de impostos**, nos v. 6-7, reforçam o argumento de que **Paulo está falando sobre as autoridades civis, não especificamente das autoridades da igreja**.[8]

2 Tudo isso, compreendamos, é **um desdobramento de duas coisas**.

2.1 Primeiro, do chamado a experimentar "(RA Strong's) qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus", como lemos em Romanos 12.2. E isso como nos resposta voluntária às "misericórdias de Deus" (Rm 12.1).

2.2 Segundo, da **vivência diária do "amor sem hipocrisia"** (Rm 12.9).[9] Como vimos na semana passada, **o último desafio desse amor e amar aos inimigos** (cf. 12.14, 17-21).

3 A partir desta ética do amor, **como devemos lidar com as autoridades constituídas**?

3.1 O tema é tão rico que exigirá um outro sermão. Hoje nosso tema é *As Autoridades Constituídas: Sua Legitimidade e Função* (baseado em Rm 13.1-4).

3.2 Na semana que vem, se Deus permitir, meditaremos sobre *As Autoridades Constituídas: Nossa Sujeição* (baseado em Rm 13.5-7).

Uma primeira questão a levantar é: **Deus é a favor da anarquia — da completa ausência de governo? A resposta é "não"**. Romanos 13.1-4 revela que **as autoridades constituídas possuem legitimidade**.
Isso acontece porque, em primeiro lugar...

I As autoridades superiores procedem de Deus

> 1 Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. 2 De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. 3 Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, 4 visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.

1 A Bíblia menciona as "autoridades superiores", *exousia*; literalmente, "aqueles que têm a autoridade para governar".[10] A primeira coisa a destacar é que "**não há** autoridade

---

[7] SCHREINER, op. cit., p. 413.
[8] DUNN, op. cit., p. 758: "A sugestão de que as autoridades em questão eram as autoridades da sinagoga em Roma [...] é altamente implausível: Será que Paulo teria pedido aos crentes gentios que se submetesses (13.1) a uma liderança judaica não crente e pagassem o Tributo do Templo (13.7)? Dificilmente poderia atribuir o direito de pena capital (13.4) às autoridades da sinagoga".
[9] Ibid., p. 759: "Paulo reconhecia que **a visão da comunidade carismática era irrealizável sem amor**".
[10] LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene Albert. *Greek-English Lexicon of the New Testament: Based on Semantic Domains*. New York: United Bible Societies, 1996, ἐξουσία, #37.38, p. 476.

que não proceda de Deus"; além disso, Paulo menciona "as autoridades **que existem**" (v. 1).

1.1 Isso demonstra que **não existe, nunca existiu, nem jamais existirá uma autoridade que "não proceda de Deus"**. Como lemos na ARC, "não há autoridade que não venha de Deus; e **as autoridades que há foram ordenadas por Deus**".

1.2 Como assim? Em que sentido as autoridades procedem de Deus?

1.2.1 O v. 1 diz que as autoridades procedem de Deus e, além disso, são "**instituídas**", *tassō*; "**colocadas**" no lugar delas por Deus. O termo usado por Paulo aqui denota "um estado que envolve **uma ordem ou arranjo**".[11]

1.2.2 Além disso, no v. 3, o apóstolo diz que a autoridade equivale "à **ordenação de Deus". O termo aqui,** *diatagē*; é sinônimo de "instituição", *tassō*, no v. 1, e significa aquilo que "foi **especificamente ordenado**", ou o que **ocorre sob um "comando, decreto, portaria ou instrução"**.[12] A Bíblia está revelando que **Deus é quem estabelece, comanda e ordena a autoridade civil**.

1.2.3 Para completar, aprendemos aqui que a autoridade ou governo civil atua como "diácono" de Deus. Isso é afirmado duas vezes no v. 4: "Visto que a autoridade **é ministro** [*diakonos*; "servo" ou "ajudador".[13]] **de Deus** para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois **é ministro** [*diakonos*] **de Deus** [...]".

2 Resumindo, **todos os governos, sejam cristãos ou pagãos, sejam bons ou maus, sejam eficientes ou incompetentes, só funcionam pelo decreto e soberania de Deus**.

2.1 **Deus governa por meio de autoridades humanas** que ele mesmo constitui.

2.2 E **Deus governa estas autoridades humanas** — estas agem como "ministros" dele, para realizar o que ele "dispõe e ordena".

Lutero argumenta que **Deus pode proteger nossas cidades pessoalmente**, mas ele nos guarda com leis de bons advogados e legisladores, **com a boa ordem dos nossos governantes**, com segurança de policiais e guardas bem preparados. Lutero conclui: "**Essas são as máscaras de Deus, por trás das quais ele quer permanecer escondido e realizar todas as coisas**".[14]

2.3 Ao afirmar estas verdades de Romanos 13.1-4, **Deus está corrigindo o modo como nós devemos compreender as autoridades**.

2.3.1 Especialmente **no contexto do Império Romano, a ideia daquele tempo era a de que a autoridade era igual a Deus**, ou que, na melhor da hipóteses, **a autoridade operava no mesmo nível da soberania de Deus**.

2.3.2 Nosso irmão Francis Schaeffer demonstra como era isso em um arranjo de palavras muito simples:

---

[11] LOUW; NIDA, op. cit., τάσσω, #13.13, p. 150.
[12] Ibid., ἐπιταγή, διαταγή, διάταγμα, #33.326, p. 425.
[13] Ibid., διάκονος, #35.20, p. 459-460.
[14] LUTERO, Martinho. Commentary on Psalm 147. Luther's Works: Selected Psalms III, v. 14. St. Louis: Concordia, 1958, p. 114-115, apud KELLER, Timothy. *Igreja Centrada: Desenvolvendo em sua Cidade Um Ministério Equilibrado e Centrado no Evangelho*. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 249.

[DEUS é CESAR]

ou

DEUS e CÉSAR[15]

2.3.3 No primeiro caso, "Deus ***é*** Cesar", existia a tendência de **considerar o Imperador como "divino"**. As duas ideias, "homem" e "Deus", eram sintetizadas na pessoa e ofício do Imperador Romano. Daí a prática do culto ao Imperador e a declaração patriótica e litúrgica: "César é o Senhor"! Romanos 13.1-4 nos ajuda a entender que Deus é seperado de César. **César, ou seja, o Imperador, ou qualquer que seja a autoridade civil, não é Deus**.

2.3.4 No segundo caso, "Deus ***e*** César", existia a tendência de **considerar todo decreto de César como uma instrução vinda diretamente de Deus**. Se esse fosse o caso, **César deveria ser obedecido em tudo**. O assunto do limite de nossa obediência à autoridade é complexo e, como eu disse, se Deus permitir, meditaremos sobre ele no sermão da próxima semana. Por ora, basta dizer que Romanos 13.1-4 nos ajuda a entender que César não possui poder absoluto — **César é "autoridade" porque Deus, que está acima de César, decretou que fosse assim**.

2.3.5 Dito de outro modo, o melhor é compreender assim:

DEUS

e

CÉSAR[16]

2.3.6 Ou como complementa Schaeffer:

> **O governo civil, bem como a totalidade da vida, se encontra sob a Lei de Deus**. Neste mundo caído, **Deus nos deu certos ofícios para nos proteger do caos, que é o resultado natural desse estado de queda**.[17]

3 Então, este é o ensino. Deus estabelece toda autoridade. **Enquanto Satanás e o pecado produzem confusão, ausência de leis e destruição, Deus organiza, civiliza e garante a vida governando — como Deus — por meio de governos humanos — as "autoridades superiores"** (v. 1).

Mas não apenas Romanos 13.1-4 revela que **as autoridades constituídas possuem legitimidade**. Em segundo lugar, a passagem nos mostra que...

II A função das autoridades superiores é assegurar a tranquilidade dos que procedem bem, e o castigo para os que procedem mal

3 Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, 4 visto que a autoridade é

---

[15] Esquema adaptado de SCHAEFFER, Francis. Um Manifesto Cristão. In: SCHAEFFER, Francis. *A Igreja no Século 21. Edição Especial Incluindo A Igreja no Final do Século 20; A Igreja Diante do Mundo Que a Observa; Um Manifesto Cristão; O Grande Desastre Evangélico*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 208. Schaeffer menciona apenas "Cristo e Cesar".
[16] SCHAEFFER, op. cit., loc. cit.
[17] Ibid., loc. cit.

ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.

1 Entendamos o modo como Deus opera na história. Eles nos mobiliza por meio de um **chamado**. E para cumprir este chamado ou vocação ele nos dá três coisas, **dons**, **poder de operação** e **atribuições**.

1.1 É assim que Deus age na história. Com crentes e não crentes.

1.1.1 Na **maioria dos casos**, quando Deus lida com cristãos, **o crente pode ouvir um chamado claro** (isso na maioria dos casos, mas **nem sempre é assim, como aprendemos pela história de José do Egito**).

1.1.2 Mas **pelo menos foi assim, no caso de Noé, Abraão, Isaque, Jacó, Moisés, Josué, alguns juízes, Samuel, Davi, Isaías, Jeremias, os apóstolos e outros**.

1.1.3 Um governante não crente nem sempre tem esta ideia de chamado divino. **Ele pode, como Ciro, assumir o poder a partir de diversas circunstâncias históricas**. No entanto, **o conjunto de eventos e fatos que empurra uma pessoa para uma posição de autoridade, constitui o chamado de Deus para aquela pessoa, crente ou não crente**.

1.2 E a este que Deus chama, **ele concede os dons**, ou, por outro lado, **ele pode também liberar, em seu decreto soberano, que esta autoridade funcione movida por seus piores defeitos**, assim como ele fez com o **soberano da Babilônia**, que conquistou o reino de Judá movido por **ganância**, ou com **Pilatos**, que exerceu sua autoridade para condenar Jesus. **No fim, o conjunto de habilidades (ou incompetências) da autoridade opera a fim de cumprir o decreto de Deus**.

1.3 E a estes Deus concede poder de operação. **A partir deste poder recebido de Deus, a autoridade civil delibera e age**.

2 O ponto a destacar é que, independentemente de quem seja a autoridade, ou independentemente de quais sejam os dons ou incompetências desta autoridade, e também, independentemente do tempo, ou da cultura, ou do lugar em que esta autoridade exista e governe, **toda autoridade tem de cumprir uma atribuição dupla**:

2.1 Primeira atribuição da autoridade: **Assegurar a tranquilidade dos que procedem bem**.

2.2 Segunda atribuição da autoridade: **Castigar os que procedem mal**.

2.3 **Esta é a diaconia ou "ministério" da autoridade** — é nesse sentido que a autoridade é "ministro de Deus", como lemos duas vezes no v. 4.

2.3.1 Como explica o Pr. Timothy Keller:

> [...] O texto ensina que o governo tem *duas* funções básicas: Administrar a justiça, punindo os malfeitores, e promover o bem público, satisfazendo as necessidades materiais básicas da população, especialmente dos membros mais fracos da sociedade.[18]

2.3.2 Ou como afirma outro servo de Deus (Francis Schaffer):

[18] KELLER, op. cit., p. 223. Para corroborar seu argumento, Keller cita MEETER, H. Henry. *The Basic Ideas of Calvinism*. Grand Rapids: Baker, 1990, p. 104-105; e ainda NORTH, Gary. (Org.). *Theonomy: An Informed Response*. Tyler: Institute for Christian Economics, 1991, p. 96-123, 124-273.

> Deus estabeleceu o Estado como autoridade *delegada*; ele não é uma autoridade autônoma. O Estado deve ser o agente da justiça para restringir o mal, punindo o malfeitor, e para proteger os bons na sociedade.[19]

3 E notemos, para concluir, que **no exercício deste ministério, a autoridade possui o poder de infligir a pena capital, ou seja, a pena de morte**:

> [...] não é sem motivo que ela traz a espada; pois **é ministro de Deus**, **vingador**, para castigar o que pratica o mal (v. 4).

3.1 O termo usado por Paulo aqui (*ekdikos*), traduzido como "vingador", quer dizer "aquele que traz a punição"; cf. 12.19.[20]

3.2 **Vale a pena comparar Romanos 13.4 com Romanos 12.19**.

3.2.1 Nós somos **proibidos**, de acordo com Romanos 12.19, de **exercer vingança pessoal**. Devemos de entregar toda a nossa causa a Deus; nas palavras do texto, dar lugar "à ira de Deus", sabendo que Deus é quem "retribui".

3.2.2 Agora, em Romanos 13.4, aprendemos que **Deus estabelece a autoridade civil, a fim de "castigar o que pratica o mal"**. Nesse sentido, **os maus devem ser julgados e punidos por meio dos poderes e instituições do Estado ou Governo — o poder de polícia, o "sistema legal" e a "defesa militar"**.[21]

4 É importante você ter isso em mente. **A Bíblia nos ajuda a compreender o papel dos que governam**. Nesse sentido, a Bíblia é, neste texto de Romanos 13.1-4, **não apenas uma revelação sobre as coisas espirituais**. A Bíblia também nos traz **orientação divina para nossa vida política e cidadã**.

E a partir daqui, nós temos de concluir.

Concluindo...

1 Eu sei que este sermão pareceu muito teórico. Eu não mencionei coisas apaixonantes. Não contei histórias empolgantes. Não ouvimos sobre aqueles temas que reverberam na alma e nos levam às lágrimas, ou à alegria arrebatadora. Falamos de uma coisas aparentemente simples. Para alguns, até mesmo banal. E não trouxemos nenhuma doutrina que faz as paredes tremerem. Dissemos apenas isto: Deus opera na história por meio de governos. Ele efetiva seus decretos eternos por meio de agentes humanos — pessoas que ele coloca em posição de autoridade.

2 Notemos que estamos diante de uma instrução divina para nossa conduta no cumprimento do mandato social. Paulo está falando sobre isso desde Romanos 12.3. O evangelho — ou "as misericórdias de Deus" — que nos conecta verticalmente ao Criador, também nos conecta horizontalmente aos nossos irmãos, aos nossos inimigos, aos nossos governantes e, por conseguinte, à vida responsável em nossa nação e no mundo. O evangelho não nos separa da vida real, ou das coisas comuns. O evangelho nos ajuda a lidar com todas as áreas da vida. O evangelho não é uma esquisitice religiosa para absorver fanáticos desmiolados. O evangelho é o poder de Deus para a salvação não apenas do indivíduo, mas também das interações humanas. E o evangelho afeta nossa experiência com a Religião, conosco mesmos — uma nova identidade, decorrente da "transformação da mente", em Rm 12.2; em

[19] SCHAEFFER, op. cit., loc. cit. Grifo do autor.
[20] LOUW; NIDA, op. cit., ἔκδικος, #38.9, p. 489.
[21] KELLER, op. cit., loc. cit.

suma, o evangelho afeta nossa Psicologia. E o evangelho afeta nossa relação com os poderes humanos constituídos. Nos torna cidadãos do Céu e da Pólis, da Cidade, do Brasil.

3 Isso deveria nos fazer entender que para Deus, as coisas da vida comum são espirituais. E o modo como vivemos em nossa cidade e nação é do interesse de nosso Deus. Nosso Senhor, como estamos começando a aprender desde Romanos 12.9, deseja que vivamos uma vida de amor sem hipocrisia. E a vida de amor, como estamos enxergando em Romanos 13, é testificada até em nossa relação com as autoridades constituídas. O amor, nos termos do evangelho, deve afetas os processos históricos. E Deus tem compromisso com os processos históricos. Ele não é Deus apático, nem distante.

> 3 Ele não permitirá que os teus pés vacilem; **não dormitará aquele que te guarda**. 4 É certo que **não dormita, nem dorme o guarda de Israel**. 5 O SENHOR é quem te guarda; o SENHOR é a tua sombra à tua direita. 6 De dia não te molestará o sol, nem de noite, a lua. 7 O SENHOR te guardará de todo mal; guardará a tua alma. 8 O SENHOR guardará a tua saída e a tua entrada, desde agora e para sempre (Sl 121.3-8).

4 Porque Deus não "dormitou", porque Deus usou uma autoridade chamada Pôncio Pilatos (e não apenas ele, mas também o Imperador César Augusto e os líderes de Israel), Jesus foi enviado para a cruz e completou nossa redenção. E em sua morte, Jesus garantiu a provisão de Deus para os que creem nele — Jesus, a Autoridade Perfeita, opera para nosso bem. Ao mesmo tempo Jesus, a Autoridade Perfeita, providenciou tudo para que, no devido tempo, o mal seja julgado e castigado. Sendo assim, nós olhamos para a Mesa da Comunhão louvando ao Senhor. Gratos porque "não há autoridade que não proceda de Deus". Vamos orar.